

## Secretário de Estado da Educação explica o processo de Municipalização em SC

pág 3.

## Educação Pública Municipal e a formação de professores

pág 6.

## Educação de qualidade se faz com gestão de qualidade

pág 7.

# Enchente de 2008. Saiba a situação da educação nos municípios mais atingidos pelas cheias

pág.4 e 5



Escolas destruídas...



... e reconstruídas





## Editorial

# A Municipalização do Ensino Fundamental em Santa Catarina

O Brasil vem fazendo um esforço significativo de absorção de todas suas crianças e jovens no ensino fundamental obrigatório, inclusive ampliando-o para 9 anos de escolarização. Este esforço é compartilhado pelos estados e municípios, incluindo 45 milhões de pessoas no ensino fundamental, atingindo 97% da faixa etária dos 6 aos 14 anos. Destes, 54,4% são alunos mantidos pelos municípios, percentual que vem crescendo anualmente. Em 1995 apenas 30% eram alunos vinculados aos municípios.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBN estabelece que a competência para oferta de educação infantil é prioritariamente dos municípios, o ensino fundamental compartilhado entre estados e municípios, e a educação média cabe aos Estados federados. À União cabe oferecer assistência técnica e financeira para os demais entes estatais. O governo federal está propondo maior articulação das políticas e ações dos sistemas de educação com a implantação do Sistema Articulado de Educação Nacional, tema principal da Conferência Nacional de Educação, prevista para o próximo ano.

A Secretaria Estadual de Educação propôs projetos de leis, regulamentando a municipalização de escolas fundamentais e centros de educação infantil. Estes últimos, o Estado já transferiu aos municípios e extinguiu as turmas de pré-escola em sua rede, desde o início deste ano. O PL da educação infantil estará consolidando a transferência e atendendo aos convênios firmados entre Estado e Municípios. Entretanto, o PL n. 14 de 2009 merece ser debatido, visando ao seu aperfeiçoamento, a fim de evitar consequências para os municípios receptores das escolas estaduais.

Sempre é necessário ressaltar que a transferência não é compulsória, cabe, portanto, ao município, avaliar a sua conveniência. Particularmente, estou convencido que a gestão local gera maior qualidade de atendimento, rapidez nas soluções dos problemas e atenção às peculiaridades do município. O IDEB comprova

a boa qualidade da educação dos municípios catarinenses, equiparando-se à rede estadual. Além do mais, a especialização das redes públicas maximiza os esforços, evitando duplicação de ações e possibilita ao Estado expandir a rede de ensino médio. Trata-se, então, de analisar as condições da transferência preconizada no PL n. 14 de 2009.

O Projeto de Lei prevê o início da atual etapa de municipalização pela transferência gradativa da fase inicial da educação fundamental, isto é, as quatro primeiras séries de todas as escolas estaduais no município, iniciando pela primeira série e subsequentemente, a cada ano a série seguinte. Também é possível receber as quatro séries imediatamente. De qualquer forma, consistiria na absorção completa da fase inicial do ensino fundamental estadual no município, em quatro anos ou em um ano. Não é prevista a transferência de todo o ensino fundamental, isto é, os oito anos. A notícia corrente nas escolas estaduais é que no próximo ano não haverá mais o primeiro ano, a não ser que os municípios aceitem mantê-los. É óbvio que esta é uma determinação inaceitável porque os municípios não são obrigados a aceitar a municipalização, nem o Estado pode fechar gradativamente o ensino fundamental, eximindo-se deste grau de ensino, nem os municípios têm como absorver estes alunos na sua rede ou assumir compulsoriamente a gestão parcial das escolas estaduais. Por isto, a municipalização deve ser um processo progressivo, acordado entre cada município e a Secretaria de Educação do Estado, respeitando as condições de cada um e que venha em benefício dos alunos, e não como uma imposição burocrática, sobrecarregando as finanças municipais.

A Lei deverá prever ainda a hipótese de absorção de todo ensino fundamental de uma determinada escola e não obrigar a receber todas as escolas simultaneamente, mas de acordo com os interesses e possibilidades do município. O convênio poderá prever a municipalização total ou parcial da rede estadual.

Os professores da rede estadual que

vierem a ser cedidos pelo Estado continuarão com todos os seus direitos e vantagens e permanecerão sendo pagos pelo Estado, sem ressarcimento pelos municípios, a exemplo do que ocorreu com a educação infantil. Neste ponto o PL também precisa ser modificado. Os municípios terão que assumir toda a manutenção das escolas, precisarão admitir os professores que faltarem, e, em médio prazo, também estes que se aposentarem. O valor do FUNDEB que, de um modo geral, é inferior ao custo do aluno, não compensaria o ressarcimento que o Estado deseja, descontando do Fundo de Participação o montante dos salários dos professores cedidos ao município.

No ano em que houver a absorção dos alunos, é necessário compensar os municípios pelos valores do FUNDEB, que serão recebidos pelo Estado e que só no ano seguinte começaram a ser incorporados ao Fundo municipal. Neste ponto deve ser previsto no PL convênio, transferindo ao município, o montante correspondente que naquele ano ainda será recebido pelo Estado, mas as despesas de manutenção já estarão com o município.

O PL será debatido na Assembléia Legislativa neste semestre, por meio de audiências públicas. A FECAM já se reuniu em Florianópolis em audiência com o Fórum Parlamentar Catarinense do Congresso Nacional e, em Jaraguá do Sul, onde estes pontos foram abordados e vêm causando grande apreensão aos Prefeitos catarinenses. A UNDIME tratou da matéria na reunião plenária do seu Conselho de Representantes em Rio do Sul e será tema de mesa redonda no II Fórum Extraordinário em Lages, na qual participará o Secretário Paulo Bauer, que teve audiência com a instituição. No Fórum será firmada a posição da UNDIME-SC.

Tenho a convicção que o diálogo prevalecerá, proporcionando a progressiva e segura municipalização da rede estadual, com garantia de contínua melhoria da educação pública e com qualidade social.

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz  
Presidente da Undime/SC

## Undime Nacional promove Seminário de Planejamento Estratégico

Entre os dias 23 a 26 de julho a Undime Nacional promoveu o Seminário de Planejamento Estratégico, para organizar as ações da instituição, durante a gestão de 2009 -2011. O encontro realizado em Campo Grande -MS reuniu os Secretários Executivos, Presidentes das seccionais, membros do Conselho Nacional de Representantes, e a Diretoria da Undime Nacional.

A Undime/SC estava representada pelo seu Presidente, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, pelo Secretário Executivo,

José Emanuel Berreta de Andrade, e pelos membros do Conselho Nacional de Representantes da seccional de Santa Catarina, Maria Heidemann, Neuzi Schotten e Rose Cleia Farias Vigolo.

O encontro teve como objetivo desenvolver o planejamento estratégico da Undime e suas seccionais para as novas gestões, eleitas em 2009. Na ocasião foram desenvolvidos trabalhos em grupos para discutir os diversos assuntos pautados para a reunião, dentre eles o código de ética da Undime, as parcerias, estru-



turas e padronização de procedimentos das seccionais, unificação do Estatuto da Nacional com as Seccionais entre outros.

### Expediente:

Presidente Undime/SC: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz  
Vice- Presidente Undime/SC: Maurici do Nascimento  
Secretário Executivo: José Emanuel B.de Andrade  
Assessora de projetos: Luana Córdova  
Jornalista Responsável: Graziane Ubiali -SC3497/JP

### Contatos:

Telefone: (48) 3251-6129  
Fax: (48) 3251-6129  
E-mail : secretaria@undime-sc.org.br ou  
assessoriaundime-sc@gmail.com  
Site: www.undime-sc.org.br



## Secretário de Estado da Educação explica o processo de Municipalização em SC

Que mudanças trará para os municípios? De que forma ocorrerá?

2010 está marcado para mudar o Ensino Fundamental no estado de Santa Catarina. Segundo o Secretário de Estado da Educação, Paulo Roberto Bauer, se o projeto que prevê a municipalização do Ensino Fundamental for aprovado, deverá ser implantado a partir do próximo ano.

O projeto, que já foi encaminhado para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina para apreciação, apresenta a proposta para que a municipalização do Ensino Fundamental ocorra paulatinamente, durante nove anos, e que se torne irreversível a partir de sua implantação. “a idéia é que dure nove anos, pois se viabilizaria a municipalização de todo ensino fundamental por série, uma a cada ano”, explica o Secretário.

De acordo com ele, nesse processo de mudança não haverá transferência de servidores para o município, nem cessão. “A rede municipal tem os seus, nós temos os nossos”. O município será responsável apenas por professores de disciplinas como artes e religião, para as séries iniciais, já que entre a 1ª e a 4ª série os professores são fixos, um por turma.

Segundo o Secretário, o município não terá gastos extras, pois será responsável apenas pelos alunos, uma vez que

a infraestrutura já estará pronta. O aluno continuará estudando na mesma escola, situada na área de sua residência. “O aluno é municipal, a escola será estadual”.

Bauer ainda acrescenta que, a cada turma que o município assumir, terá o repasse da verba do Fundeb correspondente. E quando completar os nove anos do projeto, a municipalização estará concluída, e todos os recursos do Fundeb, relacionados ao Ensino Fundamental, serão repassados aos municípios.

Porém, a previsão é de que somente em 2015 o município assumirá a gestão da escola, ou seja, o cargo de diretor passará a ser municipal, e em 2019, quando o projeto estiver concluído, o estado fará a doação dos patrimônios, prédio e equipamentos, para o município. Entretanto, com condições a serem discutidas, dentre elas, a permanência das turmas de Ensino Médio, de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, nestes espaços.

A municipalização implica mudanças, e desta forma muitas questões precisam ser resolvidas, como a merenda, o transporte escolar, entre outras. E, conforme afirma o Secretário, vão ser discutidas a partir do II Fórum Extraordinário da Educação da Un-



Secretário de Estado da Educação fala sobre Municipalização do Ensino Fundamental

dime/SC, realizado em Lages, além do próprio debate do Legislativo.

É importante lembrar que nenhuma prefeitura será obrigada a optar pela municipalização, mas se for o caso deverá estabelecer uma lei municipal que autorize as mudanças, já que o município terá que criar novas escolas, dentro das estaduais já existentes.

## Projeto inédito educa alunos sobre trânsito seguro

Quais são os principais deveres do motorista e do pedestre? O que significam os símbolos das placas de trânsito? O que se deve fazer em acidentes? Estas e outras perguntas recorrentes quando o assunto é trânsito são respondidas a crianças e adolescentes numa iniciativa inédita em Antônio Carlos, município da Grande Florianópolis, que pretende formar cidadãos conscientes e futuros motoristas responsáveis.



A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, através da Secretaria de Educação e Cultura, e a Polícia Militar colocaram em prática o Projeto Educacional para um Trânsito Seguro nas redes Estadual e Municipal de Educação. Alunos das segundas séries e das oitavas séries do Ensino Fundamental tiveram cinco encontros para abordar o tema e aprender mais sobre as regras de trânsito.

Aulas dinâmicas, brincadeiras, blitz educativa e passeio ciclístico foram programados. Em aulas com duração de uma hora, os pequenos estudaram temas sobre sinalização, a maneira correta de atravessar a rua e usar calçadas, a importância do cinto de segurança e o uso consciente do transporte escolar. Já

os adolescentes aprofundaram conhecimentos sobre legislação, primeiros socorros e os cuidados para evitar acidentes. Mais de 280 alunos serão atingidos pelo projeto.

Segundo o secretário de Educação e Cultura de Antônio Carlos, Fábio Egert, o principal objetivo é tornar cidadãos mais conscientes. “Queremos que as crianças e adolescentes adotem uma postura responsável e crítica em relação ao trânsito, para que no futuro sejam motoristas conscientes e respeitadores da legislação”, explica. A primeira etapa do projeto foi encerrada em junho com um grande passeio ciclístico pelas ruas centrais do município.

Assessoria de Comunicação  
PM Antônio Carlos

## Trocando experiências

As profissionais de educação do município de Água Doce, acompanhadas pela Secretária Municipal de Educação, Elisete Balestrin, realizaram uma visita técnica à Secretaria Municipal de Educação de Lages. A visita técnica ocorreu no dia 10 de junho e teve como objetivo a troca de experiência entre as Secretarias e a apresentação do Projeto Pedagógico na Escola Itinerante de Lages.

As representantes de Águas Doce foram recepcionadas pela Secretária da Educação de Lages, Sirlei da Silva Rodrigues, pela equipe do Departamento de Ensino e pela Direção da Escola Municipal Itinerante, que posteriormente as levaram para conhecer a localidade de Coxilha Rica e Lambedor.

Além de conhecer a Escola Itinerante, a equipe de visitantes foi apresentada aos departamentos da Secretaria Municipal de Educação de Lages, onde puderam verificar o trabalho efetuado na área técnica e pedagógica da educação deste município.

Após um dia de atividades, foi possível saborear comidas típicas do local, além da recepção realizada pelo Prefeito de Lages, Renato de Oliveira.

Colaboração SME Água Doce



# Enchente de 2008. Saiba a situação da educação

Muita chuva, deslizamentos, casas, escolas e empresas destruídas, estradas alagadas, alunos sem aulas, famílias desabrigadas... Este foi o retrato de algumas cidades catarinenses no final do ano de 2008. Esforço, companheirismo, e solidariedade foram substantivos que não faltaram à população, na luta para reconstruir e devolver à comunidade o que a água levou.

Nas escolas não poderia ser diferente. Segundo os Secretários Municipais de Educação de alguns municípios atingidos pelas cheias, muitos foram os obstáculos enfrentados para reconstruir e reformar as escolas, e possibilitar o início do ano letivo de 2009. Porém, antes de iniciar o ano de 2009, era preciso encerrar 2008.

“Nem alunos, nem professores conseguiam chegar às escolas, por isso o ano letivo foi encerrado antecipadamente de acordo com o estado, aprovando 100% dos alunos”, observa o Secretário Municipal de Educação de Rio dos Cedros, Plauto Nercy Camargo Mendes. Assim começa o primeiro desafio das Secretarias Municipais de Educação.

Rio dos Cedros e Brusque optaram por aprovar 100% dos alunos, pois as aulas tiveram que ser encerradas muito antes do previsto por motivos diversos, o que impossibilitou uma avaliação diferente para cada aluno.

No caso de Brusque, o ano letivo que deveria encerrar em 18/12, foi encerrado em 23/11, dificultando a conclusão das disciplinas, o que ocasionou 100% de aprovação. “Agora a Secretaria de Educação começa a analisar de que forma o encerramento antecipado prejudicou a vida escolar de algumas crianças”, informa a Secretária Municipal de Educação de Brusque, Gleusa Luci Fischer. Segundo ela, após os resultados da Provinha Brasil, aplicada no início do ano, algumas deficiências foram constatadas e para amenizar essa situação o município está promovendo aulas de recuperação paralela.

Quanto ao município de Rio dos Cedros, apesar de nenhuma escola ter sido de fato atingida, as quedas de barreiras impediram o transporte escolar, impossibilitando o andamento das aulas, e obrigando o município a encerrar o ano letivo antecipadamente.

Já as Secretarias Municipais de Educação de Blumenau, Gaspar, Ilhota e Itajaí, conseguiram analisar as médias e frequências dos alunos, e em sua maioria, os que atingiram média igual ou superior a cinco foram aprovados, e os outros, foram submetidos a reavaliação e reforço.

## Ano letivo de 2009

Para iniciar o ano letivo de 2009, estes municípios “correram contra o tempo” em busca de recursos e parcerias para reformar, cons-

truir e reestruturar os ambientes escolares, para receber os alunos novamente.

“Para o ano de 2009 o desafio maior foi fazer com que todos os estudantes, tanto da educação infantil quanto do ensino fundamental, iniciassem o ano letivo dentro do prazo, tendo em vista que uma das escolas foi totalmente destruída”, explica o Secretário Municipal de Educação de Gaspar, Neivaldo da Silva. “Cerca de 130 alunos da escola que foi totalmente destruída, foram transferidos para outras salas de aula. Aproximadamente 100 alunos do Ensino Fundamental foram para outra escola que recebeu quatro novas salas para atendê-los, já os alunos da educação infantil, a pedidos dos pais, estão tendo aulas em salas de aula cedidas pela igreja, por meio de uma parceria, já que fica mais próxima das residências”, destaca.

Assim como em Gaspar, os alunos de Ilhota, também tiveram o início do ano letivo de 2009 dentro do prazo do calendário escolar. Segundo o Secretário Municipal de Educação de Ilhota, Marcelo Jacob, isso só foi possível devido muito esforço e a colaboração de Ong's, empresas e instituições, que colaboraram na reconstrução e doação de equipamentos para o uso imediato.

No Município de Blumenau, conforme explica o Secretário Municipal de Educação, Maurici Nascimento, o prazo de início das aulas era para 15 de fevereiro, mas devido as reformas e reconstruções, teve de ser adiado para o final do mês de fevereiro e início do mês de março. Sendo assim, as escolas que não foram atingidas pelas cheias, mas serviram de abrigo, iniciaram as aulas no dia 25 de fevereiro, no dia 04 de março outras escolas voltaram o atendimento normal, e no dia 09 de março as escolas que ainda não haviam iniciado o ano letivo, puderam dar início às aulas.

Maurici ressalta que, para não prejudicar o andamento e aproveitamento do ano letivo, um calendário escolar foi elaborado por cada escola e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, prevendo apenas uma semana de recesso escolar no meio do ano, além de atividades nos finais de semana.

Em Itajaí a situação se repete, como foram 51 escolas atingidas parcial ou totalmente, o ano letivo também iniciou um pouco além do prazo, no dia 26 de fevereiro. Segundo a Secretária Municipal de Educação de Itajaí, Maria Heidemann, esse foi o tempo necessário para deixar as escolas com condições mínimas para funcionamento, já que muitas reformas ainda estão sendo feitas na rede municipal de educação.

A Secretária Gleusa relata que em seu município também houve interferência para iniciar o ano letivo de 2009, já que uma de suas escolas apresentava rachaduras, e os cerca de 300 alunos tiveram que ser remanejados para

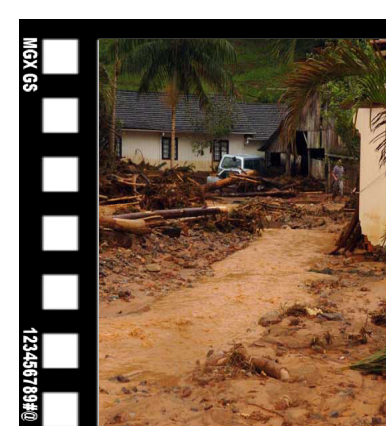
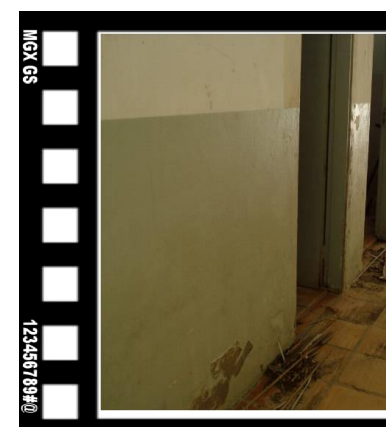
espaços distintos e provisórios até a reforma, além de outras duas escolas, que estavam em construção, mas não ficaram prontas para o início do ano, postergando a data de volta às aulas de seus alunos.

Lá em Rio dos Cedros, o ano letivo também teve início com pelo menos uma semana de atraso, tanto para a rede municipal quanto para a rede estadual, já que as estradas encontravam-se sem condições de trafegabilidade. “Adiamos em uma semana para viabilizar a segurança do transporte, o que de acordo com o calendário escolar não compromete ou inviabiliza o ano letivo”, explica o

## O aprender

“Temos grande preocupação com o rendimento da educação neste ano, pois é ano de aplicação da Prova Brasil, e os alunos estão bem defasados. Alguns mudaram de endereço e não estão rendendo o suficiente, outros estão com traumas devido a enchente”, desabafa o Secretário Municipal de Educação de Ilhota, Marcelo Jacob. Segundo ele, a rede municipal está oferecendo reforço escolar e uma equipe pedagógica para acompanhar e ajudar os alunos a superar as perdas emocionais e de aprendizagem ocasionadas pela catástrofe de 2008. “Estamos tentando de tudo pensando no aluno, para que termine o ano de 2009 e ele não saia tão prejudicado”, ressalta.

Maria Heidemann relata que na Secretaria Municipal de Educação de Itajaí também é possível perceber que os alunos saíram prejudicados, já que o andamento das aulas foi encerrado



**“Para o ano de 2009 o desafio maior foi fazer com que todos os estudantes iniciassem o ano letivo dentro do prazo...”**



# ção nos municípios mais atingidos pelas cheias



bruscamente, impossibilitando a conclusão dos conteúdos previstos para cada disciplina e as habilidades pretendidas no planejamento dos professores. Ela lembra que para recuperar os conteúdos cada professor está trabalhando o que não foi possível no ano de 2008. “Nos casos de alunos com dificuldades as escolas de Ensino Fundamental da rede possuem jornada de contraturno com atividades diversificadas, como classes de apoio pedagógico, para promover o domínio de conteúdos e habilidades em matemática e português, e outras atividades como música, dança, esporte, educação ambiental”, explica a Secretária.

Para a Secretária Gleusa Luci Fischer, a Prova Brasil que será aplicada em meados do segundo semestre de 2009 irá demonstrar dados importantes em relação a aprovação de todos os alunos no ano de 2008, pois possibilitará uma análise profunda.

## A reconstrução

“Atualmente reformas são inauguradas quase todos os dias” destaca o Secretário Municipal de Educação, Maurici Nascimento. Segundo ele, muitas reformas, construções de novas salas e aquisição de equipamentos já foram feitas e ainda se fazem necessárias para reestruturar a educação e conduzi-la ao nível esperado para a qualidade do ensino.

Assim como em Blumenau, todos os outros municípios passaram, ou ainda passam pela fase de recuperação dos espaços utilizados pela educação, porém a grande dificuldade enfrentada por estas Secretarias Municipais de Educação é o recurso financeiro. Os municípios arcaram com valores exorbitantes, além das doações recebidas de empresas e instituições parceiras, e da parcela extra do PDDE, para possibilitar a retomada das aulas neste ano de 2009

Algumas Secretarias já providenciaram e encaminharam aos responsáveis, projetos e solicitações de

causadas pelas enchentes.

“Recebemos um comunicado, entre os meses de fevereiro e março, que receberíamos um recurso de R\$ 1.400.000,00 para a reconstrução das escolas, para tanto deveríamos encaminhar uma documentação. Encaminhamos a documentação, mas cada documento enviado, outros eram solicitados o que dificultou o processo, então deixamos de lado, e demos andamento às obras, que eram mais importante. Agora, com as obras emergenciais concluídas, o município conseguiu reunir a documentação e está em processo de reavaliação e envio dos dados solicitados para buscar o recurso, paramos no meio do caminho agora vamos retomar”, desabafa Gleusa Luci Fischer.

Além das construções e reformas, as escolas necessitam de equipamentos de informática como data show, computadores, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, que até o momento foram adquiridos em caráter emergencial, mas ainda são necessários outros equipamentos.

## As negociações

Segundo o Secretário de Estado da Educação, Paulo Roberto Bauer, a verba negociada junto ao Governo Federal, através do Ministério da Educação, pelo Programa Dinheiro Direto na Escola –PDDE, resultou no repasse de valores que foram enviados para as escolas, e serviram para a reumanização dos ambientes, aquisição de materiais de limpeza, entre outros. Porém o dinheiro Federal para obras, inicialmente planejado, que seria liberado pelo MEC, de fato ainda não foi repassado. Assim como, os recursos que seriam destinados para educação através da Defesa Civil, que tiveram uma revisão e redução por parte do Governo Federal e, ainda não foram liberados.

“Muitas prefeituras agora estão procurando nós aqui da Secretaria para pedir auxílio e apoio, entretanto, nós temos dificuldade em função da queda de arrecadação do Fundeb, que no primeiro semestre nesse ano, representou na nossa Secretaria, 78 milhões de reais, só na conta do Fundeb”. Segundo Bauer, esta queda se deu em função da crise econômica mundial, e a consequente redução na alíquota do IPI, pelo Governo Federal. “O Brasil continuou andando, economicamente falando, mas os governos, principalmente setores do governo como a educação, têm sofrido muito com essa redução de recursos”, explica.

A Secretaria de Estado da Educação está verificando junto ao Ministério, a viabilidade de algum recurso para contribuir na recuperação das escolas, equipamentos, e até mesmo na reposição da verba investida pelos municípios. “Se não for mais pra recuperar o que já foi recuperado, que seja para outros projetos”, finaliza o Secretário.

A Undime/SC reivindicou, junto aos setores governamentais responsáveis, as solicitações pleiteadas pelos municípios em uma reunião realizada no dia 29 de janeiro de 2009, e aguarda posição.

## Liberação da Verba

No início do mês de agosto, quando a entrevista com os Secretários Municipais e Estadual de Educação já havia sido realizada, os municípios receberam a informação de que a verba do FNDE será repassada às Secretarias, para que estas façam a aquisição de equipamentos e mobiliários, conforme projetos apresentados ao governo.

## Situação dos Municípios

### Blumenau:

Escolas atingidas: Educação infantil: 18 afetados, 2 totalmente destruídos e 1 interdita por falta de segurança

Ensino Fundamental : 16 escolas afetadas, 2 totalmente destruídas.

Investimento: O município = R\$ 1.500.000,00, Doações de Instituições R\$ = 1.800.000,00,

O Município ainda aguarda a liberação de um montante de R\$ 3.000.000,00 solicitados ao governo, para concluir as obras

### Brusque

Escolas atingidas: 08 atingidas parcialmente.

Investimento: Até o momento o município investiu cerca de R\$ 500.000,00 emergenciais, para reestruturar a educação municipal.

### Ilhota

Escolas Atingidas: 1 totalmente destruída e impossibilitada de atender alunos e 3 parcialmente destruídas.

Investimento: Até o momento o município investiu R\$ 500.000,00. Para finalizar as obras estima-se a necessidade de aproximadamente R\$ 2.000.000,00.

### Gaspar

Escolas atingidas: 4 escolas e 5 centros de educação infantil bastante avariados, 03 escolas que serviram de alojamento para os desabrigados e 1 escola totalmente destruída e soterrada.

Investimento: O município investiu aproximadamente R\$ 820.000,00

### Itajaí

Escolas Atingidas: Educação infantil: 31 foram atingidos, destes 12 com perda total.

Ensino Fundamental : 20 foram atingidas, destas 9 com perda total.

Investimento: Até momento estima-se o valor de aproximadamente 4.700.000,00. Todo o valor investido foi com recurso próprio da prefeitura e apoio de empresas como Bradesco, Banco HSBC e Banco real.

### Rio dos Cedros

Escolas atingidas: nenhuma escola foi atingida, porém as escolas abrigaram as pessoas atingidas e 1 escola apresentou rachaduras.

Investimento: O Município investiu até o momento R\$ 10.000,00 para aquisição de equipamentos, materiais e reformas necessárias.

verbas para recuperar as perdas materiais



## Educação Pública Municipal e a formação de professores

A formação de professores tem sido uma constante nas políticas educacionais do país, principalmente depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96). A formação do professor, que ocorre inicialmente em uma Instituição de Ensino Superior, requer um aperfeiçoamento sistemático, visto a necessidade de discussão das questões que envolvem a escola, a sociedade e seus sujeitos. Por isso, a formação em serviço, que visa o aprimoramento e a reflexão da prática do profissional que já atua em sala de aula, é chamada de Formação Continuada e é tão necessária quanto a inicial.

Nesse sentido, o Município de Concórdia, tem implementado uma política de formação permanente nas Unidades Escolares e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, a qual vem se solidificando nos últimos anos. A Formação Continuada contempla grupos de estudos com gestores (coordenadores de CMEIs e diretores), articuladores pedagógicos, professores (inclusive EJA e Educação do Campo), auxiliares de creche, estagiários, auxiliares de biblioteca, orientadores de informática, secretárias escolares e conselhos deliberativos.

O objetivo da formação continuada é instrumentalizar o professor para o desenvolvimento do trabalho educativo em sala de aula, corroborando com as metas e ações que a escola/CMEI desenvolve a partir da concepção teórico-metodológico do Materialismo Histórico Dialético. A formação dos professores procura, ainda, evidenciar a importância do estudo permanente superando o papel de transmissão de conhecimentos a que muitas vertentes educativas caminham atualmente.

Neste sentido, a formação continuada é desenvolvida mensalmente nas escolas e CMEIS, envolvendo mais de 500 profissionais. Nestes encontros, o grupo de trabalho se reúne com a equipe da Secretaria de Educação - SEMED para organizar encaminhamentos para o trabalho pedagógico, definir e refletir sobre seu planejamento de aulas. As áreas, por sua vez, se reúnem em momentos específicos, dos quais emergiu o trabalho de sistematização curricular, buscando estratégias metodológicas para trabalhar um conhecimento que seja significativo dentro de cada área.

Para o desenvolvimento das atividades de formação, há uma equipe de formadores da Secretaria Municipal de Educação, professores pertencentes ao quadro efetivo da Rede Municipal, destinados ao desempenho desta função, os quais periodicamente mantêm reunião nas Unidades Escolares e Centros Municipais de Educação Infantil e, também, auxiliam na sistematização das produções da reorganização curricular da Rede Municipal de Ensino.

O trabalho docente precisa de constante renovação, em vista das mudanças que acontecem no espaço social e escolar. Por isso, é de suma importância que o profissional que, concomitantemente assume o ato educativo e reflete sobre sua prática, consiga vislumbrar que alternativas metodológicas, para quais conteúdos, são mais significativas para seus alunos.

*Por Santo de Luca*

*Secretário Municipal de Educação de Concórdia*

## Otacílio Costa investe na Capacitação de Professores

Capacitar e auxiliar os educadores no aprimoramento de suas competências, possibilitando uma atitude crítica-reflexiva, esse é o objetivo do projeto "Capacitação Continuada – Oficinas de construção de materiais para capacitação dos professores da Educação Infantil" desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Otacílio Costa.

Desde o início do ano letivo os educadores participam de palestras com psicólogos, fisioterapeutas e enfermeira, e de oficinas pedagógicas que auxiliam na confecção de materiais, aproveitados em sala de aula para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

Segundo a Secretária Municipal de Educação, Eliany Koehler de Ávila, esse projeto está sendo realizado com professores da Educação Infantil da rede municipal, pois se percebeu a importância da confecção de materiais didáticos para a



prática pedagógica.

Ao final do projeto, cada Centro de Educação Infantil deverá apresentar modelos de materiais para desenvolver habilidades e competências diversas junto às crianças do seu grupo. Com isso o educador poderá avaliar os resultados e as consequências do seu trabalho no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças.

## Reunião discute ações do Proinfo para 2009

Entre os dias 08 e 10 de julho foi realizada em Brasília a 2ª Reunião Técnica do Proinfo. O evento reuniu os Coordenadores do Proinfo das Seccionais da Undime, e das Secretarias Estaduais de Educação.

Segundo a Coordenadora do Proinfo pela Undime/SC, Luciana Bittencourt, o objetivo central do encontro foi alinhar e esclarecer os pontos pertinentes ao desenvolvimento do programa nos estados e municípios, dar continuidade aos Cursos de Introdução à Educação Digital e Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC, bem como proceder aos encaminhamentos para a implantação do curso Elaboração de Projetos no ano de 2009.

Além de instalar laboratórios de informática, o Proinfo prevê a capacitação de professores, a produção de conteúdos digitais e a conexão de todas as escolas públicas urbanas com internet banda larga. O Proinfo promove o uso pedagógico das diversas mídias eletrônicas nas escolas públicas. É um importante programa que articula as ações locais com a política nacional de utilização da tecnologia na escola.

## PROINFÂNCIA

No último dia 24 realizou-se em Florianópolis a Reunião Técnica de Assessoramento Pedagógico aos 35 municípios catarinenses conveniados para execução do PROINFÂNCIA.

O PROINFÂNCIA tem por objetivo financiar a construção de instituições de educação infantil nos municípios que aderiram ao Compromisso Todos pela Educação e elaboraram o Plano de Ações Articuladas.

Roseana Mendes, assessora do Ministério da Educação, coordenou a reunião, que resultou numa agenda de trabalho para os municípios em relação às providências a serem tomadas para viabilizar o funcionamento da instituição do PROINFÂNCIA, em especial no que se refere: ao contexto municipal; à regulamentação do funcionamento da instituição do Proinfância; à elaboração da proposta pedagógica e ao quadro de recursos humanos. Maiores informações com [roseanamendes@mec.gov.br](mailto:roseanamendes@mec.gov.br) ou [sonia.fernandes@pmf.sc.gov.br](mailto:sonia.fernandes@pmf.sc.gov.br).

Colaboração Sônia Fernandes

## Unesco apresenta pesquisa sobre formação de professores

O Secretário Municipal de Educação de Florianópolis e presidente da Undime/SC, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz juntamente da secretária executiva da Undime Nacional, Vivian Melcop, participaram de uma reunião promovida pela Unesco, representando a Undime Nacional. O encontro, realizado no dia 16 de junho em Brasília, teve como objetivo apresentar a Pesquisa sobre formação de Professores realizada pela Unesco, além de ouvir sugestões sobre os parâmetros de análise dos dados e mostrar as divisões de estudo feitas pelos pesquisadores. A Pesquisa apresenta diversos capítulos, dentre eles o cenário docente, os marcos legais dos cursos, a formação inicial e continuada e a carreira do professor.



## Educação de qualidade se faz com gestão de qualidade

Com o objetivo de aperfeiçoar a gestão da educação, nas escolas das Redes Municipais e Estaduais, em busca da melhoria na educação básica do país, o Curso de Especialização em Gestão Escolar dá início a mais uma etapa. Neste dia 15 de julho ocorreu a Aula Inaugural para os novos alunos. O evento, realizado no Centro de Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, contou com a participação do Presidente da Undime/SC, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário de Estado da Educação, Paulo Roberto Bauer, representante do MEC, Maria Luiza Martins Salezio, Pró-Reitora de Pós-Graduação da UFSC, Maria Lúcia Camargo, Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar de Santa Catarina, Roseli Cerny, entre outros.

O encontro reuniu cerca de 500 profissionais da educação, alunos dos 11 Polos de educação a distância, que assistiram a palestras e depoimentos de profissionais já formados pelo curso. Ao todo, o estado de Santa Catarina recebeu 550 vagas, destas 518 foram preenchidas pelo processo de seleção, realizado por 661 profissionais.

Segundo a Coordenadora do estado, Roseli Cerny, a formação continuada dos professores é de grande importância para a melhoria da educação básica, por isso, estes 518 alunos devem assumir este compromisso com persistência sem pensar em desistir, além de ter a responsabilidade e consciência de que estão utilizando vagas em uma Universidade Pública.

“Educação de qualidade se faz essencialmente com pessoas de qualidade”, enfatiza o Presidente da Undime/SC, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. Para ele, o gestor exerce papel fundamental nas escolas, pois boas escolas são as que têm bons professores, mas também bons gestores. Desta forma, este curso ajudará todas as redes e trará bons resultados, já que os professores são profissionais que vivenciam o dia a dia da gestão na escola, “estão com a mão na massa”.

O Secretário de Estado da Educação

ressaltou a seriedade com que vem sendo tratada a educação. “A educação deixou de ser assunto de governo e passou a ser de estado. Se nós tivermos a convicção de que a educação é responsabilidade de todos, vamos avançar”, diz. Segundo ele, a gestão da escola não muda de um dia para o outro, é necessário um projeto a ser seguido; por isso o estado tem muito a ganhar com este curso.

### O Curso

Desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Secretaria de Estado da Educação – SED, e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, o Curso de Especialização em Gestão Escolar é parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e será oferecido gratuitamente aos profissionais da equipe gestora da escola, como Diretores, Supervisores Escolares, Administradores e Orientadores Educacionais das escolas públicas dos municípios com IDEB abaixo da média Nacional.

A Coordenadora pela Undime/SC, Fátima Berretta Rosal, explica que para ingressar no curso, os interessados passaram por um processo seletivo, incluindo prova escrita, para verificar os conhecimentos básicos necessários ao ingresso no curso. De acordo com ela, esta Especialização tem como objetivo contribuir para a qualificação dos gestores na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à Educação Básica com qualidade social, por isso alguns pré-requisitos são necessários. “Outro propósito do curso é desenvolver uma visão pedagógica da gestão escolar em sua totalidade para que se possa superar as concepções fragmentadas do processo educativo, estimulando ainda, o exercício da prática avaliadora dos processos de planejamento e avaliação escolar”, enfatiza. Para tanto, o curso



trabalhará três eixos principais: Direito à Educação e Função Social da Escola Básica; Políticas de Educação e a Gestão Democrática da Escola; Projeto Político Pedagógico e Práticas Democráticas na Gestão Escolar.

“Nossa expectativa é que os gestores aprovados na seleção possam enfrentar com firmeza e tranquilidade os desafios impostos na busca de uma educação que, além de primar pela qualidade, possa ser capaz de formar indivíduos conscientes da importância que cada um tem no processo de transformação da nossa sociedade”, conclui Fátima.

### Papel da Undime/SC

Segundo Fátima, a Undime/SC empreenderá esforços para consolidar a parceria estabelecida entre MEC, UFSC, SED e Undime, comprometendo-se com os objetivos do projeto que fundamenta o Curso de Especialização em Gestão Escolar, além de implantar as ações necessárias para sua consecução junto às Escolas da Rede Pública Municipal. Cabe, ainda, à Undime/SC, participar da seleção e coordenação direta dos assistentes de polo presenciais, já que de um total de 11 polos que compõem esta nova etapa, 06 estão sob responsabilidade da Undime/SC. Dentre eles, Araranguá, Canoinhas, Florianópolis, Fraiburgo, Tubarão e Videira.

## Conheça a Plataforma Freire e cadastre-se já

Lançada em 30 de junho de 2009, a Plataforma Freire, criada pelo Ministério da Educação, leva este nome em homenagem ao educador Paulo Freire e tem como objetivo oportunizar aos professores da educação básica, em exercício nas redes públicas e que não possuem formação adequada à LDB, o acesso à licenciaturas nas instituições públicas de ensino superior.

Todos os cursos, das áreas de conhecimento da educação básica serão oferecidos gratuitamente para municípios de 21 estados, por meio das 76 Instituições Públicas de Educação Superior, das quais 48 Federais e 28 Estaduais, com a colaboração de 14 universidades comunitárias, através do Plano Nacional de Formação.

Desta forma, os docentes sem graduação, poderão escolher cursos

de 1ª Licenciatura, com carga horária de 2.800 horas mais 400 horas de estágio. Aos professores que possuem graduação, mas atuam fora da área de formação, serão oferecidas vagas para 2ª Licenciatura, com carga horária de 800 a 1.200 horas, além de Formação Pedagógica, para bacharéis sem licenciatura.

Para participar, o professor deverá acessar a Plataforma Freire (<http://freire.mec.gov.br>) e fazer um cadastro, preencher alguns dados pessoais, cadastrar senha e informar um e-mail. Depois de cadastrado, o professor poderá buscar informações sobre ofertas de cursos, clicando no ícone previsão de oferta de cursos, e fazer a pré-inscrição na Licenciatura que pretende cursar.

Após a seleção do curso, a Plataforma Freire encaminhará à secretaria estadual ou municipal de educação

a pré-inscrição, já que é a secretaria que valida a inscrição, autoriza a participação do professor e envia o nome dele para a universidade que dará o curso. O pré-inscrito poderá acompanhar o andamento do processo através da senha e CPF cadastrados anteriormente no site.



<http://freire.mec.gov.br>

## Municípios receberão monitoramento do Plano de Ações Articuladas - PAR

A Undime/SC participou, no dia 27 de julho, de uma reunião técnica na Secretaria de Estado da Educação-SED, para discutir o monitoramento do Plano de Ações Articuladas -Par, de alguns municípios do estado de Santa Catarina. Este acompanhamento será desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, por meio de uma determinação do Ministério de Educação.

O encontro reuniu representantes da UFRGS, Maria Gorete Farias

Machado e Naira Lisboa Franzoi, representantes da Undime/SC, José Emanuel Berretta de Andrade, Márlí Lorenzetti e Rodolfo Joaquim Pinto da Luz e o representante da SED, Silvestre Heerdt.

Ao todo, serão 65 municípios selecionados pelo MEC, e que receberão o monitoramento. Este processo será importante, pois permitirá a verificação dos dados informados ao MEC, e a possível correção, para adequar o PAR à realidade do município.

## SME da Capital cria o

### SALP: Serviço de Atendimento sobre a Língua Portuguesa

Lançado no dia 1º de junho de 2009 pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, o SALP é um serviço de consulta sobre o uso correto de Língua portuguesa, que serve para esclarecer dúvidas cotidianas a respeito da língua e do novo acordo ortográfico.

Este serviço poderá ser usado por todo cidadão que queira esclarecimentos, basta enviar perguntas para o e-mail [portuguesonline@pmf.sc.gov.br](mailto:portuguesonline@pmf.sc.gov.br), com o máximo de 250 caracteres, e a resposta será emitida em até 48 horas.

## Saiba Mais....

### O que é o LSE?

LSE é o Levantamento da Situação Escolar. Trata-se de um instrumento de coleta de informações sobre a situação das escolas de Ensino Fundamental regular, objetivando o planejamento da educação nos estados e municípios atendidos pelo FUNDESCOLA.

O LSE Identifica as condições físicas dos prédios escolares e a disponibilidade de mobiliário, equipamento e material didático e escolar existente; verifica a situação das escolas frente aos padrões mínimos de funcionamento; estabelece prioridades de atendimento para o Projeto de Adequação do Prédio Escolar - PAPE - e para o Programa de Aquisição de Mobiliário e Equipamento do FUNDESCOLA; avalia os resultados da adequação escolar e do fornecimento do mobiliário; identifica a situação institucional das escolas.

Para participar o município deve entrar no site do FNDE: [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br); e, no lado esquerdo da tela, acessar o Programa FUNDESCOLA. No item de legislação, consultar a resolução anual e o manual de execução anual do FUNDESCOLA.

**Mais informações:** consulte o site <http://www.fnde.gov.br> ou pelo Tel: (61) 3212-5908 / 3212-5909 / 3212-5998.

E-mail institucional: [presidencia@fnde.gov.br](mailto:presidencia@fnde.gov.br) ou [atend.institucional@fnde.gov.br](mailto:atend.institucional@fnde.gov.br)

## Programa Escola Ativa

O programa Escola Ativa busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo.

Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores.

### Objetivos do Escola Ativa:

- Apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, fornecendo diversos recursos pedagógicos e de gestão;

- Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas;

- Realizar formação continuada para os educadores envolvidos no programa em propostas pedagógicas e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo;

- Fornecer e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica.

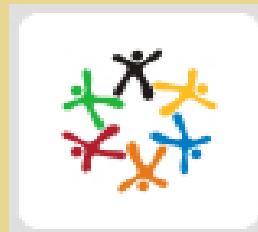
**Contato:** (61)2104-6269

e-mail: [coordenacaoeducampo@mec.gov.br](mailto:coordenacaoeducampo@mec.gov.br)



## O que visa o Curso de Especialização em Gestão Escolar?

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica insere-se num conjunto de políticas que vêm sendo implementadas em regime de



colaboração pelos sistemas de ensino, e que expressam o esforço de governos e da sociedade em garantir o direito da população brasileira à educação escolar com qualidade social.

Esse Programa surgiu da necessidade de se construir um processo de formação de gestores escolares, que contemple a concepção do direito à educação escolar e em seu caráter público de educação e a busca de sua qualidade social, baseada nos princípios da gestão democrática, olhando a escola na perspectiva da inclusão social e da emancipação humana.

Para mais informações entre em contato com a Coordenadora do programa pela Undime/SC, Fátima Berreta Rosal. Fone: (48) 3251-6129

E-mail: [rosal@pmf.sc.gov.br](mailto:rosal@pmf.sc.gov.br)

## Agenda

### • Conferência Estadual da Educação

**Data:** De 13 a 15 de outubro 2009

**Local:** Centro de Eventos da UFSC, em Florianópolis - SC.

Para mais informações sobre a CONAE acesse o site:

<http://portal.mec.gov.br/conae/>

### • Seminário Internacional 2009

**Profissão professor: o resgate da pedagogia**

**Data:** 26 de agosto

**Local:** Porto Alegre

<http://www.alfaabeto.org.br/profissaoprofessor/>

### • I Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento e V Seminário Catarinense de Ensino Religioso

Painéis, Mesas Redondas e Comunicações

**Data:** 22 a 24 de outubro de 2009

**Local:** Blumenau - SC

Mais informações e programação

[www.furb.br/sicdes2009](http://www.furb.br/sicdes2009)

